

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas que regulam a **Aquisição de serviço de cortes de ervas e infestantes e remoção de resíduos a vazadouro**, de acordo com as Cláusulas Técnicas e locais descritos na parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a – Contrato

- 1 - O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2 - O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo como disposto no artigo 99.º, do Código de Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a – Prestação de serviços

- 1 - O contrato mantém-se em vigor desde a data da sua assinatura, e termina quando se encontrem integralmente executadas todas as prestações.
- 2 - As prestações deverão ser executadas no prazo máximo de 20 dias.

Cláusula 4.ª - Elementos que devem ser indicados na proposta

A proposta deve mencionar expressamente que ao preço indicado acresce IVA à taxa legal em vigor e fazer-se acompanhar da declaração a que se refere o artigo 57.º, n.º 1, al. a) do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP.

Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo

1 – O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na aquisição de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior a informação e documentação que sejam comprovadamente domínio público à data da respetiva obtenção das mesmas pelo adjudicatário ou o que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – O Adjudicatário responde perante a Entidade Adjudicante pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.

Cláusula 6.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.ª - Preço base

O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos serviços a executar no presente procedimento é de **17.850,00 € (dezassete mil, oitocentos e cinquenta euros)**, ao qual acresce o IVA à taxa em vigor, sendo o mesmo constituído por nove lotes, cujo preço base por lote não pode ultrapassar os seguintes montantes:

Lote 1 - Preço base do lote: 1.200,00€

Lote 2 - Preço base do lote: 1.700,00 €

Lote 3 - Preço base do lote: 1.700,00€

Lote 4 - Preço base do lote: 1.400,00€

Lote 5 - Preço base do lote: 2.250,00 €

Lote 6 - Preço base do lote: 1.200,00€

Lote 7 - Preço base do lote: 1.600,00€

Lote 8 - Preço base do lote: 2.000,00 €

Lote 9 - Preço base do lote: 4.000,00€

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1 – Pelos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade contratante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao serviço.

Cláusula 9.ª - Condições de pagamento

1 - A quantia devida pela Entidade Adjudicante, será paga no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só será emitida após o vencimento da obrigação respetiva, sendo a mesma validada pelo Gestor do Contrato.

2 - Da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução daquela e consequente não reconhecimento da obrigação.

Cláusula 10.ª - Caução

Não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 11.ª - Penalidades Contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade contratante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária a 20% do preço contratual.

b) Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

c) A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

d) As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª - Atraso nos pagamentos

1 - Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes do presente contrato, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada pelo período correspondente à mora.

2 - A obrigação de pagamento de juros de mora vence-se imediatamente, sem necessidade de novo aviso, consoante o caso, uma vez vencida a obrigação pecuniária decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula 9.ª e sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 desta mesma cláusula.

Cláusula 13.ª - Incumprimento do contrato

1 - No caso do adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o contraente público notificar-lo-á dentro do prazo de 5 dias para efeitos de audiência prévia.

2 - Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo acima referido, o contraente público pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, ou por resolver o contrato em fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no artº 333º do CCP.

Cláusula 14.ª - Obrigação da manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Cláusula 15.ª - Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos no número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou propagações se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 17.ª - Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos nas alíneas do nº 1 do artigo 332º do CCP.

Cláusula 18.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal, Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª - Cessão de posição contratual e subcontratação

Não há lugar a cessão da posição contratual não é permitida a possibilidade de subcontratação.

Cláusula 20.ª - Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468º do Código dos Contratos Públicos, sendo efetuadas através de correio eletrónico.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª - Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

PARTE II – Cláusulas Técnicas

O procedimento tem como objeto a prestação de serviços para limpeza de vários locais na área urbana com vegetação infestante herbácea, arbustiva ou arbórea com risco de insalubridade e/ou incêndio de acordo com as seguintes especificidades:

- Os trabalhos a executar constam de corte mecânico ou manual de ervas e infestantes, sem interesse paisagístico, em vários locais da área urbana inseridos nos diferentes lotes a seguir indicados, que podem incluir taludes de corte, taludes de aterro, áreas relativamente planas, passeios, baías de estacionamento e seus acessos, valetas/bermas e muros.
- Nos trabalhos a contratar, inclui-se a remoção dos resíduos produzidos, incluindo resíduos/lixos/materiais pré-existentes, que deverão ser triados e encaminhados a destino final adequado de acordo com o previsto na legislação de resíduos e disposições ambientais em vigor.
- No fim de cada dia de trabalho deve ser realizada a remoção dos resíduos produzidos, sem recurso a queimadas.
- A limpeza da vegetação infestante herbácea, arbustiva (silvado ou outra) ou arbórea, deve ser realizada manualmente ou com recurso a meios de corte mecânicos (motorrossadoras ou outros adequados ao tipo de vegetação) e incluir a remoção de restos vegetais de maiores dimensões. Não é autorizado o uso de fitofármacos.
- O método de trabalho deverá ser o seguinte:
 - Sinalizar devidamente o troço onde decorrem os trabalhos, garantir que as viaturas de apoio ou máquinas estacionadas ou em circulação estejam devidamente sinalizadas, e ter em atenção as regras de segurança no trabalho, obrigando os trabalhadores a utilizarem o equipamento de proteção e sinalização individual adaptado a cada caso.
 - Os trabalhos mecânicos deverão ser completados manualmente até à sua perfeita regularização.
 - Finalizados os trabalhos, e retirados os recursos humanos e o equipamento, deverá ser retirada toda a sinalização temporária.
 - O transporte e o encaminhamento dos produtos sobranes/resíduos provenientes dos trabalhos contratualizados são da responsabilidade do adjudicatário.
- Os danos provocados a terceiros no decurso da realização dos trabalhos são da responsabilidade do adjudicatário.
- Os trabalhos devem ser iniciados cinco dias após a adjudicação dos mesmos.

Os locais onde vão ser realizados os trabalhos estão descritos nos pontos seguintes e encontram-se agrupados por Lotes, num total de nove.

Lote 1 – Limpeza (corte) de vegetação do muro de S. Gonçalo, a toda a altura e em toda a extensão (Alameda Teixeira de Pascoaes e Praça da República).

Lote 2 – Limpeza (corte) mecânica e manual de ervas e outras infestantes em toda a extensão do talude de aterro da Rua Capitão Augusto Casimiro, entre o edifício do Tribunal e a Igreja de S. Gonçalo / S. Domingos.

Lote 3 - Limpeza mecânica e manual de ervas e infestantes de toda a área da Mata do Carvalhido, assim como dos respetivos taludes.

Lote 4 - Limpeza mecânica e manual de ervas e infestantes em toda a extensão dos taludes de corte da Av. 1.º de Maio (S. Gonçalo), entre a curva do Carvalhido e o quartel dos bombeiros.

Lote 5 - Limpeza mecânica e manual de ervas e infestantes em toda a extensão dos taludes da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro.

Lote 6 - Limpeza mecânica e manual de ervas e infestantes a toda a altura das margens do Ribeiro da Torre, desde as antigas azenhas (passadiço da viela da Torre).

Lote 7 - Limpeza mecânica e manual de ervas e infestantes da Rua Capitães de Abril, até à Praia Aurora, incluindo a limpeza de passeios, margem do rio, assim como a limpeza a toda a altura do muro de pedra desde o restaurante Parque de Campismo até à confluência com os arruamentos de acesso ao mercado municipal. Inclui igualmente o arruamento que liga á Rua Pedro de Alvelos, parque de estacionamento e taludes.

Lote 8 - Limpeza mecânica e manual de ervas e outras infestantes em toda a extensão da Rua Pedro de Alvelos. A limpeza inclui passeios, valetas e ou bermas e taludes de corte a toda a altura e taludes de aterro onde a faixa de limpeza terá cerca de um metro e meio. O talude de corte junto ao parque de estacionamento de autocarros será realizado em toda a sua extensão (largura).

Lote 9 - Limpeza mecânica e manual de ervas e outras infestantes:

9.1 – Ao longo da Rua Amália Mota, desde a rotunda de Geraldês até à Rotunda do Queimado (início da saída para Padronelo), limpeza que inclui passeios, valetas e ou bermas, taludes de corte a toda a altura e taludes de aterro onde a faixa de limpeza terá um metro e meio após o limite da berma;

9.2 - Parque de estacionamento superior da Central de Camionagem, incluindo o talude até à Rua Amália Mota e limpeza de muros de granito da central incluindo o muro até ao parque de estacionamento privado, assim como todo o espaço público contíguo ao parque de estacionamento até à Rua dos Pauzinhos.

9.3 - Rua Combatentes do Ultramar, incluindo limpeza total do talude do lado direito.

9.4 - Rua da Estrada Real, incluindo limpeza do muro de granito do lado direito sito entre o escadório e o quelho assim como o talude superior ao muro até à Rua Acácio Lino.

9.5 - Limpeza da linha de água do Queimado, entre os taludes ajardinados junto à Rotunda e o parque de estacionamento existente em frente à Central de Camionagem.

Assinado com Assinatura Digital Qualificada
por: JOSÉ LUÍS GASPARGES JORGE
Município de Amarante
Presidente da Câmara Municipal
De acordo e para efeitos do disposto no Art.
34º e 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro
Data: 14-07-2020 12:13:12

globaltrustedsign.com